

O “fordismo” na acepção regulacionista

José Eli da Veiga
Departamento de Economia da FEA-USP
zeeli@usp.br

No vigésimo aniversário da Teoria da Regulação, esta comunicação discute o valor heurístico da expressão *fordismo*. Foi em Paris, há exatos vinte anos, que essa idéia começou a adquirir uma aura conceitual. Até então, *fordismo* era uma noção usada apenas para descrever uma fase avançada da racionalização do trabalho industrial, ou, no máximo, para evocar uma etapa superior do *taylorismo*. Mesmo em Gramsci (1934) a ênfase estava mais no rendimento fabril do operário do que em seu modo de consumo.¹

A tese de Michel Aglietta, publicada em 1976, fez com que a idéia de *fordismo* se tornasse uma das fundações da Teoria da Regulação² e contaminasse, em seguida, diversas vertentes da Economia Política³. Tem sido usada em tão larga escala nos debates sobre as tendências atuais do capitalismo, que até pode parecer um capricho querer discutir seu significado. Mas um exame do uso ambíguo que se faz dessa expressão pode ajudar a realçar tanto as fragilidades quanto o potencial da abordagem regulacionista.

A compreensão atual

Em recente coletânea sobre o assunto, o entendimento regulacionista do termo ‘fordismo’ é enaltecido por ser usado para sintetizar um ‘macrosistema’ de ‘acumulação intensiva’ com ‘regulação monopolista’, característico das economias centrais nas décadas de 50 e 60. Segundo Ash Amin (quem editou e introduziu essa coletânea), o forte da abordagem regulacionista não é o emprego do termo *fordismo* em outros níveis de análise, como, por exemplo: a) enquanto processo de trabalho característico da produção de massa em linhas de montagem (paradigma industrial); b) como círculo virtuoso de crescimento impulsionado pela transferência de parte dos ganhos de produtividade aos salários (regime de acumulação); c) enquanto padrão institucional da coesão sistêmica obtida nos ‘gloriosos’ 25 ou 30 anos que se seguiram à guerra da Coréia (modo de regulação); e d) o tipo de sociabilização desses

mesmos anos dourados (“*mode of societalization*,” “*Vergesellschaftungsmodi*”).⁴

Ou seja, nessa perspectiva, o *fordismo* não é um conceito teórico, e sim uma maneira de caracterizar o “modo de vida total” do último auge cíclico do capitalismo (Harvey, 1989:131). É na descrição analítica desse auge que são usados os dois conceitos básicos (unânicos) dos regulacionistas: ‘regime de acumulação’ e ‘modo de regulação’.⁵ Dependendo do autor, essa dupla vem complementada por conceitos complementares como ‘paradigma industrial’, ‘modo de sociabilização’, ou ‘modo de desenvolvimento’.⁶

Não deixa de ser estranha a escolha do termo *fordismo* para simbolizar tanta coisa, por mais pioneira que possa ter sido a experiência empresarial de Henry Ford. O nome de Keynes, por exemplo, é tanto ou mais representativo do fenômeno que se procura realçar, como indica, aliás, a seguinte reflexão de um dos principais expoentes atuais da teoria da regulação.

“Ford e Keynes haviam percebido que a aceleração dos ganhos de produtividade provocada pela revolução taylorista levaria a uma gigantesca crise de superprodução se não encontrasse contrapartida em uma revolução paralela do lado da demanda. (...) Mas Ford e Keynes pregavam no deserto. (...) Os temores de Ford, de Keynes... e dos sindicatos diante do conservantismo liberal dos Hoover, Lloyd George ou Laval encontraram por isso, na Grande Depressão dos anos 30, naquela gigantesca crise de superprodução, uma trágica confirmação.” (Lipietz, 1989:30-31)

E também não há como comparar Ford ou Keynes a fenômenos políticos como o “Welfare State” ou a Social-Democracia, quando se pretende caracterizar a coesão sistêmica do capitalismo em seus anos mais dourados. Foram estas as principais formas institucionais do compromisso que acabou permitindo a redistribuição dos ganhos de produtividade aos assalariados. A nível internacional, foram as instituições criadas nos acordos de Bretton Woods que

regularam a expansão dos anos 50 e 60. De resto, os mecanismos reguladores conheceram graus diferentes de desenvolvimento, segundo os países, como enfatiza o próprio Lipietz:

"Por exemplo, depois da guerra e do período Roosevelt, os Estados Unidos sofreram um nítido retrocesso, com a Guerra Fria e o macarthismo. Mesmo as reformas de Kennedy e de Johnson (que foram depois o alvo de Reagan) não chegaram a fornecer ao povo americano uma previdência social equivalente à da Europa do norte. Quanto à França, só chegou à consumação do fordismo nos acordos de Grenelle, em junho de 1968. Acordos que encerravam os "acontecimentos de maio" - que podem ser vistos como o primeiro grande movimento de massa antifordista!" (Lipietz, 1989:34)

Não é evidente, portanto, porque os regulacionistas utilizam uma metáfora tão diminuta para se referir a algo tão amplo como o "modo de vida total" da Idade de Ouro. Talvez alguma pista possa ser encontrada numa volta à origem da teoria da regulação.

A pedra angular

Em Aglietta (1976:96), o fordismo é um novo estágio da regulação do capitalismo. Nesse estágio, a classe capitalista procura gerir a reprodução da força de trabalho assalariada por uma estreita articulação entre as relações de produção e as relações mercantis pelas quais os assalariados compram seus meios de consumo. O fordismo é, então, uma articulação entre processo de produção e modo de consumo, constituindo a produção de massa, que, por sua vez, é o conteúdo da universalização do assalariamento.

O fordismo é o conjunto das condições sociais que caracterizam o regime de acumulação intensiva. (Aglietta, 1976:132) Enquanto o capitalismo transforma o processo de trabalho sem remodelar o modo de consumo, o regime de acumulação é extensivo. O novo estágio do capitalismo é atingido quando a acumulação não apenas transforma o processo de trabalho, mas, sobretudo, transforma o processo de reprodução da força de trabalho. (Aglietta, 1976:60)

O critério de periodização dos estágios históricos do capitalismo baseia-se no conteúdo da mais-valia relativa. No primeiro estágio há transformação do processo de trabalho sem mudança profunda das condições de existência dos assalariados. No segundo,

há rápida e concomitante mudança do processo de trabalho e das condições de existência dos assalariados. (Aglietta, 1976:18)

Ou seja, para o fundador da Teoria da Regulação, enquanto predominava a mais-valia absoluta, o regime de acumulação era extensivo. Quando essa acumulação passou a se dar essencialmente pela redução do valor da força de trabalho - isto é, pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário - tanto a produção quanto o consumo foram massificados e o regime tornou-se intensivo. É o conjunto das condições sociais desse estágio da regulação do capitalismo que ele inseriu no conceito de fordismo.

Diversas críticas a esse esquema analítico de Aglietta foram publicadas nos últimos cinco anos. Uma delas refere-se à real prevalência, nos Estados Unidos, até a terceira década do século XX, de um regime de acumulação extensivo. Segundo Page e Walker (1995:9), o fenômeno que os regulacionistas entendem por acumulação intensiva é muito mais antigo do que a experiência de Henry Ford. Data, segundo eles, da fase que se seguiu à Guerra Civil.

Uma segunda crítica refere-se diretamente à caracterização do regime de acumulação posterior ao início do século XX (intensivo) por meio da parábola do "fordismo." Trata-se, segundo Page e Walker, de uma visão muito inadequada do processo de mudança técnica e organizacional na indústria.

E a principal investida realmente teórica de Page e Walker contra o regulacionismo aparece na terceira crítica, quando opõem uma ênfase na "mudança técnica" à ênfase regulacionista nas "instituições."

Ou seja, Page & Walker apontam diversas incongruências na utilização da história dos Estados Unidos para construir os conceitos de regimes de acumulação "extensivo" e "intensivo", destacando a precariedade da noção de 'fordismo' e enfatizando a inadequação dessa teoria para uma interpretação do desenvolvimento econômico daquele país. Mas estas críticas não atingem o cerne da abordagem regulacionista. Quando finalmente abordam os conceitos básicos dos regulacionistas - "regime de acumulação" e "modo de regulação" - não vão muito além de uma preferência pela "mudança técnica" em vez das "instituições." E confirmam de duas maneiras um certo desdém pela dimensão macroeconômica. Primeiro, ao afirmarem que a preocupação com a compatibilização da produção e do consumo é apenas "neoclássica" ou "keynesiana." Segundo, ao minimizarem a relevância

dos “modos de regulação.” Estas duas características das críticas de Page & Walker estão ainda mais claras nos textos de Walker (1995) e Sayer & Walker (1995). E no capítulo 5 do livro *The New Social Economy* (Sayer & Walker, 1992), intitulado “Beyond Fordism and Flexibility,” a completa separação entre “a produção” e “o resto” fica bem explícita.

É perfeitamente aceitável que se faça esse “corte” entre ‘a produção’ e ‘o resto’ para aprofundar a análise. Mas não se pode tomar essas críticas à noção de fordismo como se fossem uma crítica muito rigorosa à Teoria da Regulação. Principalmente porque a noção de fordismo é menos importante que os conceitos básicos. Particularmente o de “modo de regulação”, que, afinal, não chega a interessar esses críticos.

Alternativas

Se a idéia de ‘fordismo’ não é boa para caracterizar o regime de acumulação da fase mais recente do capitalismo (intensiva), e, muito menos, os trinta anos de gloriosa acumulação do capitalismo americano, torna-se necessário, então, reexaminar a natureza do regime de acumulação que predominou na segunda metade deste século, bem como do modo de regulação vigente na “idade de ouro.” Só assim será possível discutir (mais para frente) se as mudanças ocorridas nos últimos 20-25 anos de marasmo econômico permitem identificar a emergência de um novo modo de regulação (ou até, quem sabe, uma transição a um novo regime de acumulação).

É comum afirmar-se que a longa onda de prosperidade do pós-guerra foi seguida, a partir dos anos 1970, por um período de ‘crise.’ Entre inúmeros exemplos, pode-se considerar as análises de pós-marxistas que não usam a terminologia dos regulacionistas, mas chegam a conclusões bem similares (ou convergentes). Por exemplo, a abordagem norte-americana das ‘estruturas sociais da acumulação’ (“SSA approach”; Weisskopf, 1991), que foi, aliás, incluída na ampla revisão dos regulacionistas feita por Jessop (1990).

O que Weisskopf chama de “estrutura institucional do modo de produção capitalista” é exatamente o que um regulacionista chamaria de “modo de regulação.” Para ele, a melhor maneira de caracterizar a estrutura institucional da ‘idade de ouro’ é descrevê-la como “welfare state capitalism.” E as mudanças nesse sistema institucional - do “welfare state capitalism” - teriam sido tão significativas que já seria possível afirmar que foi substituído por outro, chamado por

Weisskopf de “global market capitalism.”

Esse contraste “welfare state/global market” para caracterizar o que o autor considera a “estrutura institucional” do capitalismo talvez se revele tão precária quanto a oposição “fordismo/pós-fordismo.” Mas já traz uma grande vantagem, simplesmente por deslocar a ênfase para o domínio da relação ‘Estado / mercado,’ em vez da relação ‘indústria / mercado.’ O mesmo contraste também pode ser identificado no universo regulacionista.⁷ Apesar de sua diversidade, um dos principais aspectos constantes nas abordagens regulacionistas destacados na revisão feita por Jessop (1990) foi justamente a preocupação com as formas e mecanismos que asseguram a reprodução ampliada do capital enquanto relação social. E, cinco anos depois dessa revisão, o mesmo autor procurou apontar as relações entre a teoria da regulação e a abordagem “governacionista,” isto é, a confluência entre elaborações econômicas do ‘novo institucionalismo’ e elaborações políticas ‘neo-corporatistas.’⁸

Mas a tendência em determinar a natureza de um modo de regulação mais por sua dimensão política do que por sua base industrial (como ocorre com a noção de ‘fordismo’), também pode ser encontrada em outras análises. Tanto é que Bruno Théret (1994) chega a rebatizar o modo de regulação da ‘idade de ouro,’ integrando suas três principais dimensões [welfare state - keynesianismo-democracia pluralista] no qualificativo “solidarista.”

Sejam quais forem as denominações, ênfases, ou destaques, uma coisa é certa: muitas destas abordagens têm em comum a idéia básica de que o modo de regulação dos trinta gloriosos anos de prosperidade do capitalismo ocidental entrou em evidente processo de reciclagem a partir dos anos 1970. O que varia é a importância relativa atribuída às dimensões mais econômicas (consumo de massa, paradigma tecnológico) ou às dimensões mais políticas (democracia, ‘welfare state’).

Enfim, é errado identificar a teoria da regulação com as idéias muito em voga sobre o fordismo, sua crise e a chamada transição ao pós-fordismo. Jessop (1990) bem observou que nem todo estudo do fordismo é regulacionista e nem toda abordagem regulacionista se preocupa com o fordismo. As duas principais conclusões deste ensaio vão um pouco mais longe: (a) é preciso abandonar a idéia de fordismo para caracterizar o ‘modo de vida total’ da Idade de Ouro; (b) ainda está por ser feita uma boa caracteriza-

ção do regime de acumulação e dos modos de regulação que prevaleceram na segunda metade do século 20 nas principais economias centrais.

Bibliografia

AGLIETTA, Michel (1976) *Régulation et crises du capitalisme; L'expérience des Etats-Unis*. Paris, Calmann-Lévy (Tese de Doutorado, Universidade de Paris - I, outubro de 1974)

AMIN, Ash (ed.) (1994a) *Post-Fordism; A Reader*, Oxford: Blackwell

____ (1994b) "Post-Fordism: Models, Fantasies and Phantoms of Transition", in: Ash Amin, *Post-Fordism; A Reader*, Oxford: Blackwell, pp.1-40

BOYER, Robert (1986) *La théorie de la régulation: une analyse critique*, Paris: Éditions La Découverte

BRENNER, R. & M. Glick (1991) "The Regulation Approach: Theory and History," *New Left Review*, 188, July/Aug., pp. 45-119

GOODMAN, David & Michael Watts (1994) "Reconfiguring the Rural or Fording the Divide?: Capitalist Restructuring and the Global Agro-Food System," *The Journal of Peasant Studies*, Vol.22, n.1, Oct.1994, pp.1-49

GRAMSCI, Antonio (1934) "Americanisme et fordisme". In: *Gramsci dans le texte*. Paris, Editions Sociales, 1975, pp. 689-706

HARVEY, David (1989) *A condição pós-moderna*, S.Paulo: Ed. Loyola: 1993

JESSOP, Bob (1990) "Regulation theories in retrospect and prospect" *Economy and Society*, volume 19 n.2, Maio 1990, pp. 153-216

____ (1992) "Fordism and Post-Fordism: a critique and reformulation" in: M.Storper and A.J.Scott (eds) *Pathways to Industrialisation and Regional Development*, London: Routledge (*apud* Amin,1994)

____ (1994) "Post-Fordism and the State" in Ash AMIN (ed) *Post-Fordism: A Reader*, Oxford: Blackwell, pp: 251-279

LIPIETZ, Alain (1986) "New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation". In: A.Scott & M. Storper (eds.), *Production, work, territory; the geographical anatomy of industrial capitalism*, Londres (s/ed) *apud* Harvey (1989)

____ (1989) *Audácia: uma alternativa para o século XXI*, São Paulo, ed. Nobel: 1991

____ (1994) "Post-Fordism and Democracy" in: Ash AMIN (ed) *Post-Fordism: A Reader*, Oxford: Blackwell, pp. 338-358

PAGE, Brian & Richard Walker (1991) "From Settlement to Fordism: The Agro-Industrial Revolution in the American Midwest," *Economic Geography*, Vol.67, n.4, pp.281-314

PAGE, Brian & Richard Walker (1995) "Staple Lessons: Agriculture, Resource Industrialization and Economic Geography," Paper Presented at the Harol Innis Symposium, University of Toronto, September 24, 1994; (Draft of Feb.

1995)

PALLOIX, Christien (1976) "Le procès de travail. Du fordisme au néo-fordisme". *La Pensée*, n.185, Fevereiro de 1976.

PIORE, Michael & Charles Sabel (1984) *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books

SAYER, Andrew (1995) *Radical Political Economy: A Critique*, Oxford: Basil Blackwell

____ & Richard Walker (1992) *The New Social Economy: ReWorking the Division of Labor*. Oxford: Basil Blackwell

THÉRET, Bruno (1994) "To have or to be: on the problem of the interaction between State and economy and its 'solidarist' mode of regulation," *Economy and Society*, (February) vol. 23, n. 1, pp 1-46 WALKER, Richard (1995)

"Regulation and Flexible Specialization as Theories of Capitalist Development: Challengers to Marx and Schumpeter?" in: Helen Liggett & David C..Perry (eds) (1995) *Spatial Practices: Critical Explorations in Social/Spatial Theory*. Sage Publications, pp.167-208

WEISSKOPF, Thomas E. (1991) "Marxian Crisis Theory and the Contradictions of Late Twentieth-Century Capitalism," *Rethinking Marxism*, vol.4, n.4, pp. 70-93

Notas

¹ "Le fameux 'haut salaire' (...) est l'instrument qui sert à sélectionner une main-d'oeuvre adaptée au système de production et de travail, et à la maintenir stable. Mais le haut salaire est un instrument à double tranchant: il faut que le travailleur dépense 'rationnellement' son salaire plus élevé, afin de maintenir, de rénover et, si possible, d'accroître son efficacité musculaire et nerveuse, et non pour la détruire ou l'amolndrir." (Gramsci,1934:700)

² O artigo de C. Palloix sobre o fordismo/neofordismo também é de 1976, mas sua influência foi inflma se comparada à do livro de Aglietta.

³ A expressão *fordismo* vem sendo muito usada também por diversas tendências neoschumpeterianas, institucionalistas e marxistas.

⁴ "The passing age, with his heyday in the 1950s and 1960s, has been named 'Fordism', a term coined to reflect loosely the pioneering mass production methods and rules of management applied by Henry Ford in his car factories in America during the 1920s and 1930s. Fordism is summarized as the age of 'intensive accumulation' with 'monopolistic regulation' of the economy. Although the term is applied at separate levels of analysis (industrial paradigm, regime of accumulation, mode of regulation, mode of societalization), it is its usage to synthesize a macrosystem which makes the regulation approach most interesting and distinctive from the two other theories of transition." (Amin,1994b:9) As outras duas teorias são: a neoschumpeteriana e a da 'especialização flexível', JEV.

⁵ O conjunto de regularidades que assegura a progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital (isto é, que permitem desfazer ou diluir no tempo as

distorções e desequilíbrios gerados em permanência pelo próprio processo) consitui o 'regime de acumulação' (Boyer,1986:46). 'Modo de regulação' é o conjunto de procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos, que permite: a) reproduzir as relações sociais fundamentais por meio de formas institucionais historicamente determinadas; b) sustentar e "pilotar" o regime de acumulação em vigor; c) garantir a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja necessário que os atores econômicos assimilem os princípios de ajuste do conjunto do sistema. (Boyer,1986:54-55) Um regime de acumulação "descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados". Um sistema particular de acumulação pode existir porque "seu esquema de reprodução é coerente". O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos - capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos - assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, "uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, etc. que garantam a unidade do processo, isto é, consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulação." (Lipietz,1986:19 apud Harvey,1989)

⁶ 'Paradigma industrial' é o padrão de organização da produção, incluindo tecnologia, administração, divisão de tarefas, relações de trabalho e de salário. 'Modo de socialização' é o conjunto de compromissos políticos, alianças sociais e processos hegemônicos de dominação presentes no sistema de integração e coesão social que garante a estabilização de uma determinada via de desenvolvimento. 'Modo de desenvolvimento' é a expressão mais geral da combinação entre o paradigma industrial, o regime de acumulação e o modo de regulação. (Amin,1994b: 8)

⁷ Formado por uma dezena de "escolas": três francesas (Grenoble, Paris, CME), uma holandesa (Amsterdam), uma alemã, uma nórdica, duas ou três americanas (SSA, geógrafos, Piore & Sabel), conforme Jessop(1990); às quais deve ser acrescentada pelo menos uma britânica, na sequência da publicação do número especial de *Economy and Society* (1995: agosto, v.24, n.3).

⁸ Essa convergência regulacionismo-governacionismo pode ser vista como característica da escola britânica, cujas principais preocupações atuais são sintentizadas na introdução do referido número especial de *Economy and Society* (1995,agosto,v.24,n.3) .